

IPEA

**Relatório de Atividades do IPLAN
Exercício de 1980**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IPLAN - EXERCÍCIO DE 1980

(VERSÃO RESUMIDA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO IPLAN - EXERCÍCIO DE 1980
(VERSÃO RESUMIDA)

O Instituto de Planejamento do IPEA, tem como função básica o assessoramento à SEPLAN-PR, na elaboração e implementação da política e do planejamento governamental, aí incluído o desenvolvimento regional.

Os eventos dignos de maior destaque quanto a atuação do IPLAN no exercício de 1980 são:

- a incumbência de administrar, a nível da SEPLAN, o PIN/PROTERRA;
- a incumbência de atuar como Secretaria-Executiva do CDS;
- a montagem do Centro de Recuperação e Tratamento de Informações (CRTI) - que dispõe de um mini-computador com 96 k bytes de memória real, demais equipamentos periféricos e terminais do SERPRO e do IBGE -, com vistas à organização de uma base de dados mais ampla e de rápida recuperação, de capital utilidade para aprimorar o desempenho do IPLAN em suas atividades;
- reestruturação do CNRH objetivando dotá-lo de uma estrutura mais compatível com a complexidade e diversidade de temas ocorrentes na Política Social do Governo;
- elaboração da Ação Coordenada do Governo (1980-1985) em caráter de documento de trabalho interno ao Instituto;
- reforço e redirecionamento das atividades do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, atendendo a novas diretrizes do CDS e com vistas a operacionalizar os 335 CSU's já construídos;

Para desencumbir-se das atividades tradicionais - a respeito dos quais se faz menção a seguir - e dessas ora citadas, promoveram-se algumas adaptações na estrutura do Instituto, departamentalizada conforme organograma a seguir:

ATIVIDADES REALIZADAS COM O CONCURSO DE MAIS DE UMA ÁREA DO IPLAN

- Mensagem Presidencial, já encaminhada ao Congresso Nacional;
- Ação Coordenada de Governo, ainda em caráter preliminar;
- Relatórios sobre a Economia Brasileira;
- Documento intitulado "A Economia Brasileira e Suas Perspectivas", em fase de revisão final.

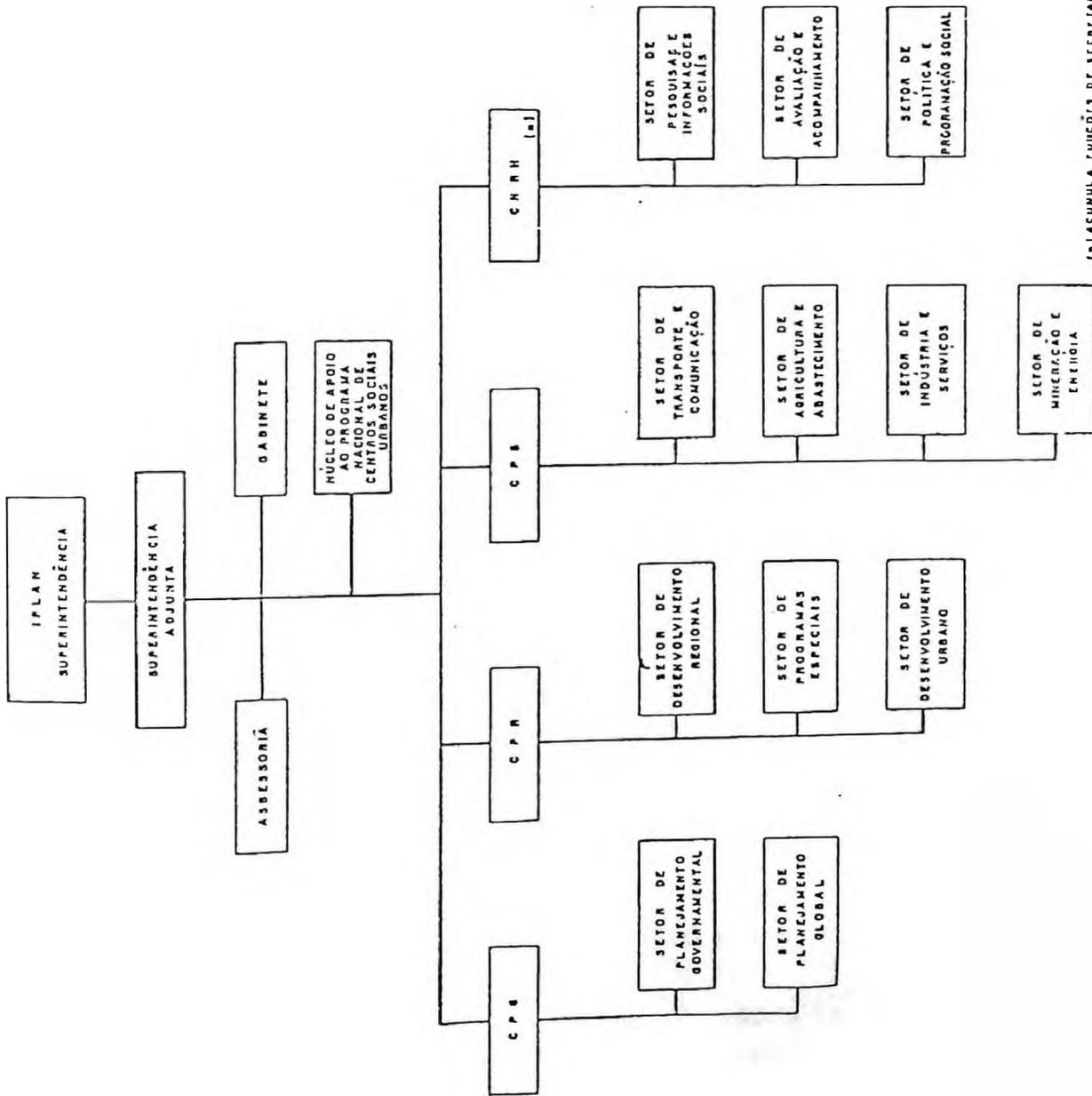
Essas e outras tarefas, por transcenderem a atribuição de uma Coordenadoria em particular, são executadas com o apoio da Assessoria e do Gabinete da Superintendência.

ATIVIDADES REALIZADAS POR ÁREAS DO IPLAN

A. Coordenadoria de Planejamento Geral - CPG

A CPG que tem como função principal o acompanhamento e avaliação das políticas macro-econômicas do Governo Federal elaborou dois textos sobre política salarial, três relatórios de acompanhamento do Setor Externo e Balanço de Pagamentos e dois documentos sobre estimativas e projeções do balanço de pagamentos.

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO



Além disso, realizou trabalhos de análise conjuntural onde se destaca a elaboração mensal dos "Indicadores Conjunturais" e dos relatórios trimestrais sobre o desempenho da economia brasileira; promoveu o acompanhamento das políticas monetária, financeira e de mercado de capitais, salarial, de emprego, do setor externo, de preços, fiscal e empresarial.

Elaborou, também, vários trabalhos especiais: Principais Efeitos do Imposto de Exportação; Notas sobre o Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil-China; Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil-Alemanha; Vinte Anos de ALALC e sua Reestruturação; A Atual Política Salarial; Um Comentário sobre o Índice de Preços por Atacado; Projeções para o Orçamento Monetário de 1981; Efeitos Esperados das Recentes Medidas Relacionadas ao Comércio Exterior; Os Países Novos Face à Nova Divisão Internacional do Trabalho: Estratégias do Desenvolvimento e Perspectivas; Finanças Municipais: Uma Contribuição ao Debate; Metodologia para Elaboração de uma Matriz de Fluxos e Fundos para o Setor Público Brasileiro; Metodologia para Consolidação das Contas do Tesouro Nacional.

Expediu pareceres sobre inúmeros estudos, documentos, propostas de emenda à Constituição, anteprojetos e projetos de leis, sobre diversos assuntos onde se destacam: correção monetária, política salarial e salário-mínimo, reforma tributária, fundos de participação, imposto de renda e incentivos fiscais.

Acompanhou o andamento do Convênio IPEA/FIPE sobre tópicos especiais de política macro-econômica.

Finalmente, preparou subsídios ou proferiu palestras a convite de órgãos do governo e colaborou com o CENDEC ministrando aulas em disciplinas afins a sua área de competência.

B. Coordenadoria de Planejamento Setorial - CPS

A CPS deu parecer e produziu notas técnicas a respeito de 373 processos relativos a sua área de competência; organizou a Unidade de Documentação Setorial; produziu e divulgou 28 trabalhos técnicos (Informações Setoriais); acompanhou o andamento dos convênios com a FIPE, GEIPOT e CICEA/DAC; concebeu um sistema amplo de acompanhamento de política e planejamento setorial, acoplado ao acompanhamento de programas específicos e projetos.

Elaborou diversos estudos e documentos entre os quais destacam-se:

i) No Setor de Agricultura e Abastecimento: Três Décadas das Principais Culturas Agrícolas - Produção, Área e Rendimento (Brasil e Regiões 1947-1979); Análise das Fontes de Crescimento da Agricultura Brasileira; Pesquisa sobre Legislação Agrária, Relações Sócio-Econômicas, Renda e Emprego na Agricultura; Pesquisa sobre Balanço de Transações Correntes no Setor Agrícola;

ii) No Setor de Indústria e Serviços: Participação na redação do III PBDCT; Nota para Subsídio de Política Industrial no Tocante ao PROÁLCOOL; Relatórios sobre o Acompanhamento da Política Industrial; Estudo sobre o Setor de Estanho no Brasil; Estudo sobre o Setor de Bens de Consumo de Uso Difundido no Brasil; Estrutura da Indústria de Transformação no Brasil;

iii) No Setor de Mineração e Energia: Situação do Carvão Mineral no Brasil; Atribuições das Entidades Envolvidas com o Setor Energético Nacional; Estudo sobre Possibilidades de Aproveitamento Integral do Coco de Babaçu;

iv) No Setor de Transportes e Comunicações: Estudo relativo à Convenção sobre Transporte Multimodal Internacional de Cargas; Análise sobre Navegação de Longo Curso e Parque Nacional de Indústria de Construção Naval; Estudo sobre Transporte e Energia; Estudo de Transportes entre o Brasil e os Países do Grupo Andino.

Ainda entre as atividades desenvolvidas vale destacar: elaboração e publicação do Boletim "Análise Conjuntural da Agricultura Brasileira"; colaboração junto à CPR no acompanhamento e avaliação dos Programas Especiais, e na elaboração do PROVÁRZEAS Amazônicas; organizações das estatísticas referentes ao Setor Agrícola com vistas à sistematização de informações; acompanhamento conjuntural da Indústria de Transformação e dos setores de Transportes e Comunicações; acompanhamento estatístico do comércio internacional de produtos industriais; estudo de grandes projetos multisetoriais com vistas ao Sistema de Acompanhamento do IPLAN; participação na seleção dos projetos para substituição de óleo combustível nas indústrias nacionais.

Além de atender a inúmeras solicitações para proferir palestras em Seminários e Congresso a CPS representou a SEPLAN em 34 Conselhos, Grupos ou Comissões.

C. Coordenadoria de Planejamento Regional - CPR

As principais atividades desenvolvidas pela CPR - que enfoca a problemática do desenvolvimento regional em suas questões rurais e urbanas - foram:

a) Coordenação dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional: POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, ALBRÁS/ALNORTE, POLOCENTRO, Região Geo-Econômica, Projeto Sertanejo, Agroindústria, Recursos Hídricos, Populações Pobres das Zonas Canavieiras, PROMAT, PRODENOR, PRONORPAR, PRODOPAR, PROMIRIM, PRONOESTE, PROSUL, e PROLITORAL. Neste mister foi desenvolvido esforço de redefinição do esquema e da estrutura interinstitucional de administração e acompanhamento dos PE's;

b) Apoio Técnico à SUBIN, sob a forma de pareceres, notas técnicas e reuniões, no tocante à definição de prioridade para programas e projetos de cooperação externa, técnica e econômica, voltados para o desenvolvimento regional (urbano e rural);

c) Elaboração de pareceres e notas técnicas sobre liberações de recursos para os PE's, PIN/PROTERRA, e pleitos extraordinários dos Estados, no âmbito da área de atuação dos PE's;

d) Elaboração de estudos voltados para o desenvolvimento regional (onde se destacam: Projeto de Avaliação da Política de Industrialização do Nordeste, Montagem do Sistema de Contas Regionais para o Brasil e, Projeto de Estudos para Aproveitamento das Várzeas Amazônicas), e, acompanhamento dos principais instrumentos fiscais e financeiros relacionados com o desenvolvimento regional (administração e acompanhamento do PIN/PROTERRA, acompanhamento dos incentivos fiscais e transferências federais aos Estados);

e) Elaboração de estudos voltados para o desenvolvimento urbano com destaque para: Regiões Metropolitanas: Aperfeiçoamento da Legislação; Ligação Campo/Cidade; Cidades de Pequeno Porte, suas funções como apoio ao desenvolvimento da agropecuária; Plano da Casa Rural - PLACAR; O Desenvolvimento Regional do Nordeste Brasileiro: algumas reflexões; Cidades de Porte Médio: uma política nacional?;

f) Elaboração de Notas Técnicas e pareceres sobre inúmeros projetos e documentos versando sobre: desenvolvimento urbano; alteração e aperfeiçoamento da legislação urbana, das Regiões Metropolitanas e meio-ambiente; e, cooperação técnica internacional;

A Coordenadoria proferiu inúmeras palestras, participou de grupos de trabalho e representou a SEPLAN em Conselhos e Comissões.

Por fim, a CPR também realizou missões de campo com vistas a aprofundar o conhecimento e a avaliar Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) e colaborou com o CENDEC na preparação de Curso sobre PDRI, inclusive ministrando disciplinas.

D. Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH

Encarregado de propor, analisar, acompanhar e avaliar a política social do Governo, o CNRH executou, no decorrer do exercício, as tarefas que a seguir se destacam:

a) efetiva participação na elaboração do Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREVSAÚDE); Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas; reformulação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos; Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (III PRONAN); Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino (MEC/BIRD); e, Expansão do Plano Nacional de Pós-Graduação, entre outros;

b) assessoria técnica de apoio ao CDS, compreendendo: análise das propostas de solicitação de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), preparação das reuniões do Conselho e apoio técnico às decisões, com vistas a agilizar sua efetivação;

c) elaboração de notas técnicas e pareceres sobre assuntos pertinentes à política social, salientando-se: Reestruturação da Carreira do Magistério; Política Nacional de Formação de Mão-de-Obra; Crédito Educativo; Anteprojeto de Lei Complementar sobre a Previdência Social Rural;

d) avaliação de diversos programas e atividades na área social, entre os quais: Assistência Médica da Previdência Social; Controle de Endemias; Sistema Nacional de Emprego; Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra; Programa Nacional de Alimentação e Nutrição; e, Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano;

e) implantação do Núcleo Básico de Informações e produção dos seguintes relatórios: Anuário de Informações Sociais (Vol. I); Estatísticas Regionais; Indicadores Educacionais - Brasil e Regiões: 1970/78; Indicadores Sociais - Brasil e Regiões: 1970/80;

f) realização de estudos entre os quais seleciona-se: Política Social: Uma Fundamentação Teórica; Emprego: Resultante Econômica ou Imperativo Social?; Elementos Teóricos para uma Definição de Operacionalização de Política Social; O Comportamento Recente do Mercado de Trabalho Formal nas Regiões Metropolitanas; Turnos de Trabalho e Política de Emprego; Mercado de Trabalho Rural; Prioridades Governamentais de Política Social; Situação e Perspectivas do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;

g) acompanhamento técnico de 6 convênios na área social e emissão de 105 pareceres basicamente sobre projetos de cooperação técnica internacional na área de pesquisa e formação de recursos humanos;

Finalmente, o CNRH participou de inúmeros seminários e congressos no decorrer dos quais apresentou temas e proferiu palestras e, ainda, representou a SEPLAN em 22 órgãos colegiados e comissões.

E. Núcleo de Apoio ao Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - PNCSU

A partir da Resolução nº 005/80 do CDS, significativas modificações foram introduzidas no PNCSU, cuja ênfase passou a fixar-se na promoção do desenvolvimento de comunidades e na concepção de atividades capazes de elevar a renda familiar das populações atendidas pelos CSU's.

O Programa encerrou o ano de 1980 com 335 projetos com obras civis concluídas; desses, 319 encontram-se em fase de desenvolvimento de operação e 16 em fase pré-operacional.

O atendimento direto das populações das áreas de influência dos centros, nos campos do esporte, lazer, previdência e assistência social, trabalho, saúde e nutrição, educação e cultura atingiu um total de 1,6 milhão de pessoas, com 8,9 milhões de atendimentos, segundo estatísticas existentes para 157 unidades do Programa. Projetando-se para os 335 CSU's implantados, estima-se que cerca de três milhões de pessoas foram assistidas, com mais de 16 milhões de atendimentos.

No sentido de implementar as diretrizes do CDS num programa desse porte, o Núcleo desenvolveu as seguintes atividades: intensificou esforços com vistas a integrar mais intimamente as ações dos organismos federais e estaduais do Programa; intensificou a cooperação técnica com entidades nacionais e internacionais; estabeleceu e executou programação de assessoramento técnico aos gestores estaduais e suas equipes, na elaboração e análise de projetos, acompanhamento de ações de desenvolvimento comunitário e de criação de micro-unidades produtivas; promoveu curso de treinamento através do CENDEC; fomentou o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os três níveis de atuação do programa através da intensificação de visitas técnicas aos Estados e de Encontros a nível estadual e nacional; e, realizou o I Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de CSU's.

F. Gabinete da Superintendência

Além de dar apoio à execução das tarefas que envolvem mais de uma unidade do IPLAN, já citadas, o Gabinete, órgão de atividade-meio executou as seguintes tarefas principais: controle de pessoal; controle dos Convênios e Contratos; controle das representações nos órgãos colegiados; controle do orçamento próprio; controle dos bens e equipamentos sob guarda e uso do IPLAN; apoio às necessidades do IPLAN em reprografia, desenho e serviços de auditório; manutenção dos serviços de biblioteca do IPLAN, realizando levantamentos bibliográficos, aquisição de livros, periódicos e outras publicações atualizadas, divulgando o acervo, etc; desenvolvimento de um sistema de recuperação de informações no âmbito do IPLAN; acompanhamento do Programa de Financiamento de Teses.

Através da Unidade Produtora de Informações UPI, desenvolveu as seguintes atividades:

i) Processamento de cálculos diversos (projeções, regressões, modelos de simulação, gráficos "PLOTTER", PAC's de estatística, tabelas, etc.) para as demais unidades do IPLAN, para o INOR e SEST;

ii) manutenção e execução de Sistemas de Processamento de Informações já implantados no Minicomputador HP 9830-A, para o IPLAN;

iii) implantação de novos sistemas solicitados pelos Setores do IPLAN;

iv) levantamento e determinação dos assuntos pertinentes às atividades exercidas pelos técnicos da CPS, em continuação à 1ª etapa do Sistema de Referência de Informações para o Planejamento, para o IPLAN.

v) ampliação dos recursos de HARDWARE através da aquisição de um Minicomputador LABO 8034 e instalação de um terminal COBRA conectado ao computador IBM 370/158 do IBGE/RIO (Convênio IPLAN/IBGE);

vi) treinamento do pessoal técnico da Unidade através de cursos oferecidos pelo IBGE (utilização do pacote SAS e pesquisa no Banco de Dados SIDRA) e pela LABO (Operação do computador LABO 8034, Programação BASIC e Sistema Operacional).

Finalmente, o Gabinete participou efetivamente do processo de escolha dos equipamentos de processamento de dados, do processo de seleção dos fornecedores e da definição do contrato de manutenção dos equipamentos destinados ao CRTI.

G. Assessoria da Superintendência

Além de participar em apoio à execução de tarefas que envolvem mais de uma área do IPLAN, a Assessoria atuou especificamente nas seguintes atividades: coleta e tabulação de dados comparativos sobre a Economia Brasileira no período 1963/79; preparação de documentos contendo informações sócio-econômicas, encomendados pela Superintendência; realização de estudos e elaboração de pareceres que por sua natureza não se enquadrem nas áreas de atuação das Coordenadorias ou interfiram com mais de uma delas; concepção do Centro de Recuperação e Tratamento de Informações (CRTI); estabelecimento de critérios de seleção do minicomputador e da configuração do Sistema eletrônico de processamento de dados.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1980

(VERSÃO DETALHADA)

INTRODUÇÃO

I. ATIVIDADES GERAIS

I. ATIVIDADES REALIZADAS PELAS UNIDADES

A. Coordenadoria de Planejamento Geral - CPG

1. Setor de Planejamento Global - SPB
2. Setor de Planejamento Governamental - SPG

B. Coordenadoria de Planejamento Setorial - CPS

1. Setor de agricultura e Abastecimento - SAA
2. Setor de Indústria e Serviços - SIS
3. Setor de Mineração e Energia - SME
4. Setor de Transporte e Comunicações - STC

C. Coordenadoria de Planejamento Regional - CPR

1. Setor de Programas Especiais - SPE
2. Setor de Desenvolvimento Regional - SDR
3. Setor de Desenvolvimento Urbano - SDU

D. Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH

E. Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - PNCSU

F. Gabinete da Superintendência - GS

III. PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, PALESTRAS E REUNIÕES

IV. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS

INTRODUÇÃO

O Instituto de Planejamento — IPLAN, do IPEA, tem como função básica o assessoramento à Secretaria de Planejamento da Presidência da República na elaboração e implementação da política e do planejamento governamental.

Este relatório apresenta uma descrição sucinta das atividades desenvolvidas pelo Instituto, durante o ano de 1980, com vistas ao cumprimento de suas atribuições.

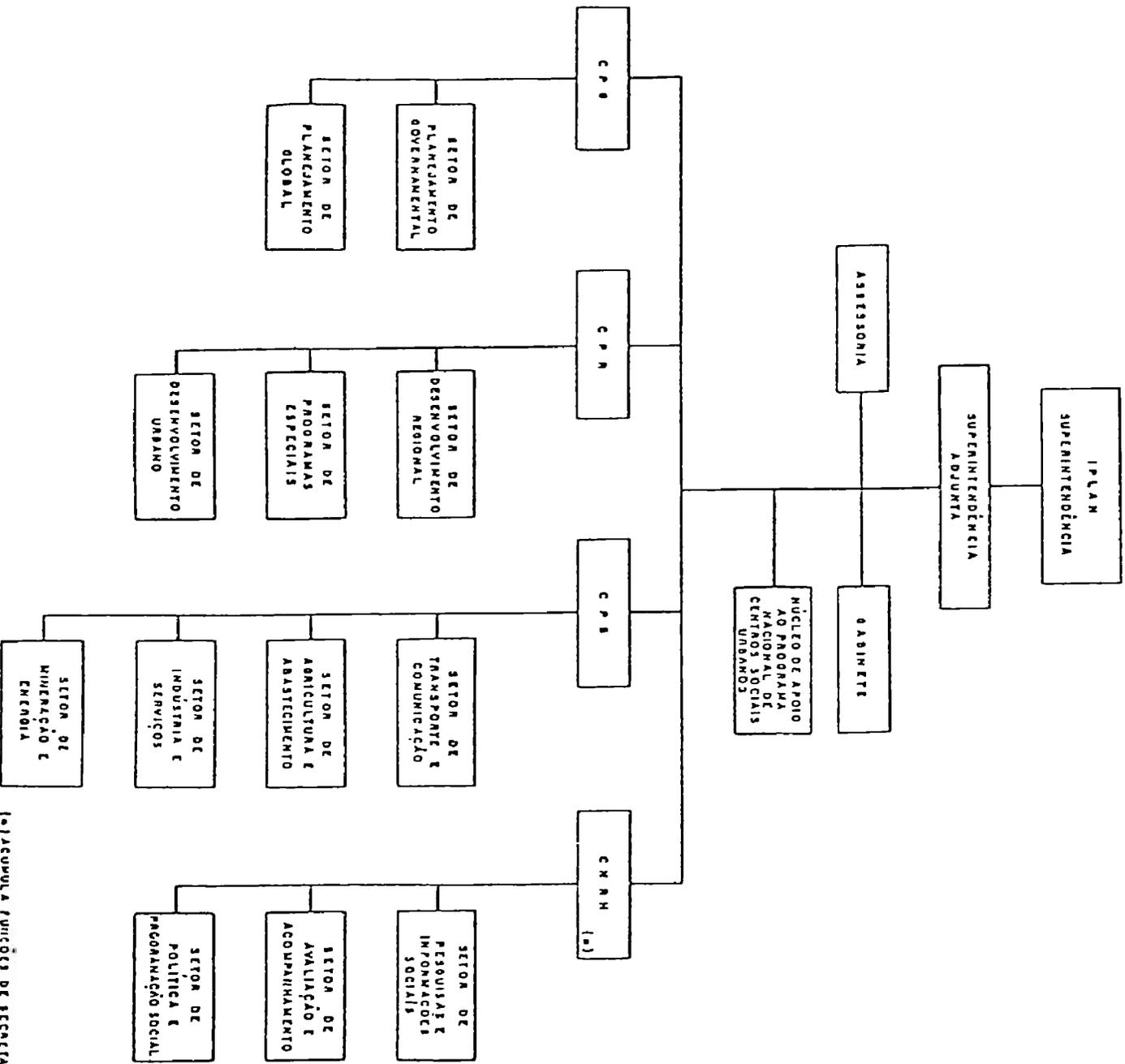
O IPLAN, tendo em vista o melhor desempenho na realização de suas atividades, está estruturado de acordo com organograma indicado adiante.

O corpo técnico do Instituto é formado de:

- . Técnico de Planejamento e Pesquisa: 139
- . Assessor Especializado: 09
- . Técnico Especializado: 08

Este relatório discrimina ao nível das unidades do Instituto as atividades desenvolvidas e apresenta a participação do IPLAN em seminários, congressos, encontros, palestras, reuniões e em órgãos colegiados. Deve-se observar que esta participação é fundamental para a atuação do IPLAN, uma vez que constitui-se uma forma eficiente de acumular as informações necessárias para o planejamento, assim como de disseminar nos órgãos de execução as diretrizes do planejamento de governo.

IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO



I. ATIVIDADES GERAIS

I. ATIVIDADES GERAIS

Considerou-se atividades gerais aquelas que pela natureza exigem a integração de trabalhos realizados pelos diversos órgãos que constituem o IPLAN/IPEA.

A compatibilização e a verificação desses trabalhos são executados, via de regra, com o apoio da Assessoria e do Gabinete da Superintendência.

Durante o período em referência foram as seguintes atividades com essas características:

- Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional em 19 de março de 1980;
- "Ação Coordenada de Governo (1980-1985)", versão preliminar;
- Relatórios sobre a Economia Brasileira para a DSI/SEPLAN;
- "A Economia Brasileira e suas Perspectivas", documento em fase de revisão final;

Além de sua participação na preparação desses documentos, a Assessoria da Superintendência atuou especificamente nas seguintes atividades:

- Coleta de dados e elaboração de tabela comparativa sobre a Economia Brasileira nos anos de 1963 a 1979;

- Preparação de documentos contendo informações de natureza econômica e social, por solicitação da Superintendência, com vistas a oferecer subsídios à SEPLAN e outras autoridades governamentais;

- Elaboração de pareceres, realização de estudos e documentos técnicos que por sua natureza não se enquadrem nas áreas de atuação das demais unidades do IPLAN, ou foram pertinentes a várias áreas.

II. ATIVIDADES REALIZADAS PELAS UNIDADES

A. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO GERAL - CPG

A CPG tem como função principal o acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas do Governo Federal. Para o desempenho de sua função a CPG está estruturada em dois setores: o Setor de Planejamento Global - SPB, e o Setor de Planejamento Governamental - SPG.

Durante o período em referência, além das atividades abaixo relacionadas e executadas especificamente por esses setores, a coordenação da CPG redigiu dois textos sobre política salarial, três relatórios de acompanhamento do Setor Externo e Balanço de Pagamentos e dois documentos sobre estimativas e projeções do balanço de pagamentos.

1. SETOR DE PLANEJAMENTO GLOBAL - SPB

O SPB organizou-se internamente tendo em vista o acompanhamento e avaliação das seguintes políticas do governo:

- a) Política monetária;
- b) política financeira e de mercado de capitais;
- c) política salarial;
- d) política de emprego;
- e) política do setor externo;
- f) política de preços

Adicionalmente, para apoiar suas atividades SPB realiza permanentemente trabalhos de análise conjuntural.

Durante o ano de 1980, foram executadas as seguintes atividades contínuas:

1) Elaboração mensal da publicação "Indicadores Conjunturais", contendo uma análise das políticas e variáveis macroeconômicas;

2) elaboração de relatórios trimestrais sobre o desempenho da economia brasileira, que consistem em uma extensão da publicação "Indicadores Conjunturais";

3) fornecimento de subsídios semanais às reuniões do Grupo de Acompanhamento Conjuntural da SEPLAN;

4) elaboração das portarias de correção monetária (saldos devedores do SFH, contribuições para Previdência Social, débitos trabalhistas e desapropriações);

5) acompanhamento da pesquisa sobre indicadores conjunturais do comércio paulista, realizada em convênio com o Centro de Comércio do Estado de São Paulo;

6) elaboração de pareceres sobre teses de mestrado financiadas pelo IPLAN;

7) elaboração de respostas a consultas e sugestões feitas à SEPLAN, relativas, principalmente, a correção monetária, política salarial e índices de preços.

No mesmo período foram elaborados os seguintes trabalhos especiais:

a) Principais Efeitos do Imposto de Exportação;

b) Notas Sobre o Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil-China;

- c) O Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil-Ale
manha;
- d) Vinte Anos de ALALC e Sua Reestruturação;
- e) A Atual Política Salarial;
- f) Um Comentário Sobre os Índices de Preços Por
Atacado;
- g) Projeções para o Orçamento Monetário de 1981;
- h) Estimativas dos Subsídios Concedidos pelo Go
verno à Indústria Nacional em 1980;
- i) Relatório Preliminar Sobre a Exportação Bra
sileira de serviços de Engenharia
- j) Comércio Exterior: Visão Prospectiva;
- k) Os Efeitos Esperados das Recentes Medidas Re
lacionadas ao Comércio Exterior;
- l) Os Países Novos Face à Nova Divisão Interna
cional do Trabalho: Estratégias do Desenvolvimento e Perspecti
vas;
- m) Situação Econômica do Brasil e a Estratégia
Governamental: 1980-1985;
- n) Perspectivas da Economia Brasileira
- o) Participação na elaboração de "Estimativas
do Déficit Efetivo do Tesouro Nacional".

Outros estudos e análises foram realizados pelo Setor a respeito do Orçamento Monetário de 1980, as variações

da taxa de câmbio efetiva ao longo de 1980, simulações com vistas à revisão da lei salarial, a evolução do INPC e outras variáveis macroeconômicas, além de mudanças na sistemática de cálculo da correção monetária de débitos fiscais.

Os pareceres, emitidos pelo SPB, versaram sobre os seguintes assuntos:

- Relatórios de pesquisas constantes do Programa de Estudos de Conjuntura Econômica da FIPE;
- simulações sobre o desenvolvimento latinoamericano;
- problemas a respeito da integração latinoamericana;
- taxa de câmbio efetiva;
- mercado financeiro e de capitais;
- isenção de impostos e outros encargos de exportadores;
- instituição do salário-desemprego;
- fixação da taxa de produtividade a ser aplicada nos dissídios coletivos;
- revisões do salário mínimo;
- unificação do salário mínimo;
- salário mínimo profissional e jornada de trabalho dos contabilistas;
- retificações da correção salarial;
- correção automática de salários.

2. SECTOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - SPG

Compete ao SPG o acompanhamento e avaliação das seguintes políticas do governo:

- a) Política fiscal
- b) política financeira oficial
- c) política empresarial do governo

Foram executadas pelo SPG, as seguintes atividades:

- 1) Coleta, crítica e armazenamento de informações referentes à área de atuação do setor;
- 2) acompanhamento das políticas fiscal, financeira e empresarial através da leitura do Diário Oficial da União e dos principais jornais do país, e contato direto com os órgãos encarregados das modificações nessas políticas;
- 3) pareceres sobre estudos, documentos, anteprojetos e projetos de leis, propostas de emenda à Constituição, sobre diversos assuntos, como reforma tributária, fundos de participação, imposto de renda, incentivos fiscais, imposto sobre a transmissão da propriedade e subsídios ao crédito;
- 4) indicadores conjunturais e relatório trimestral: levantamento das informações, análise e redação do texto final;
- 5) artigo publicado na Revista das Finanças Públicas, abril/maio/junho de 1980 "Finanças Municipais: Uma Contribuição ao Debate", Borges, A.A. e Botelho, H.S.;

6) metodologia para a elaboração de uma matriz de fluxos de fundos para o Setor Público Brasileiro;

7) metodologia para a Consolidação das Contas do Tesouro Nacional;

8) reformulação na Política Fiscal: Uma Sugestão;

9) estabelecimento de uma metodologia para a elaboração de matriz de fluxos de fundos para o setor público brasileiro em trabalho conjunto com técnicos do BIRD;

10) elaboração de subsídios para diversas conferências, palestras e pronunciamentos realizados no Brasil ou no exterior por membros da SEPLAN e do Senado Federal.

B. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL - CPS

A CPS deu parecer e produziu notas técnicas a respeito de 373 processos de interesse do IPLAN; organizou a Unidade de Documentação Setorial a qual, a partir de abril, editou e divulgou 24 boletins internos; produziu e divulgou 28 trabalhos técnicos (série IS-Informações Setoriais) e montou um sistema de representações orientado a 26 órgãos colegiados (algumas em fase final de formalização). Deu continuidade a três convênios mantidos pelo IPLAN com a FIPE/SP (encerrado durante o ano), com o GEIPOT e com a CICEA/DA (ambos ainda em curso).

Por outro lado, concentrou os esforços dentro do IPLAN, no referente à concepção, detalhamento e implantação de um sistema mais amplo de acompanhamento de política e planejamento setorial, acoplado ao acompanhamento de programas especí-

ficos e projetos. Uma parte deste trabalho contou com a colaboração inicial do INPES e da FINEP e, em etapa mais avançada, com o apoio do SERPRO e da Assessoria da Superintendência do IPLAN.

No relacionado à cooperação interinstitucional, a CPS colaborou com a Secretaria Especial de Informática, o MINTER, com empresas públicas vinculadas ao MINAGRI, além de outros organismos públicos. Apoiou, em diversas oportunidades, trabalhos de entidades do próprio sistema SEPLAN, destacando-se a Assessoria da Secretaria Geral, a Secretaria Geral Adjunta, o CNPq, a SUBIN e o CENDEC. No contexto do IPLAN, participou de diversos trabalhos dirigidos pela CPG (inclusive com os Relatórios mensais e trimestrais) e, sobretudo, pela CPR.

Dentro da própria Coordenadoria, cumpre destacar um ciclo de debates, envolvendo todos os técnicos da área, para discussão conjunta de cada uma das principais políticas setoriais enfocadas pela CPS: agrícola, industrial, de mineração, de energia, de transportes. Duas outras sessões foram reservadas para discutir a solução brasileira para a crise energética e os principais aspectos macroeconômicos da política energética do país, com base em trabalhos produzidos dentro do SME.

1. SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA

a) Elaboração, Implementação e Acompanhamento de Planos e Programas.

- Divulgação dos resultados do Estudo da Pecuária Nacional, objeto do convênio celebrado entre o IPEA, Ministério da Agricultura e Fundação João Pinheiro, concluído em novembro de 1979;

- revisão dos Projetos Integrados de Avaliação e Análise Econômica sobre Produção e consumo de Fertilizantes no Brasil, objeto do convênio celebrado entre o IPEA e o Instituto de Economia Agrícola - IEA do Estado de São Paulo, para fins de divulgação de resultados;
- revisão do Estudo de Demanda e Análise Industrial do Setor de Máquinas e Implementos a níveis Nacional e Estadual, objeto do convênio celebrado entre o IPEA e a FEALO (SP), inclusive Termo Aditivo específico para o Estudo de Tecnologia do referido Setor, para fins de divulgação dos resultados;
- divulgação dos resultados preliminares dos Estudos sobre o Mercado Internacional de Produtos Agropecuários - Perspectivas de Exportação para o Brasil, concluído em fevereiro de 1980, objeto de convênio celebrado entre o IPEA, Ministério da Agricultura e Ministério das Relações Exteriores;
- divulgação dos resultados preliminares do Estudo da Indústria Nacional de Defensivos Animais, objeto do contrato firmado entre o IPEA, CNPq e SINDAM;
- elaboração e divulgação do Trabalho "Três Décadas das Principais Culturas: Produção, Área e Rendimento (Brasil e Regiões/ 1947-1979)";
- Análise das fontes de crescimento da agricultura brasileira, através de um modelo do tipo

estrutural-diferencial (ou análise SHIFT - SHARE) e que tem como objetivo básico a avaliação das potencialidades de expansão da produção regional (em curso);

- participação na avaliação do Subprograma da Racionalização da Produção Agrícola do II PRONAN;
- participação no Programa de Promoção de Pequenos Produtores Rurais do Estado de Minas Gerais (MG-2), para fins de implementação;
- participação no Programa de Desenvolvimento Rural do Vale do Jequitinhonha (MG) - PLANRURAL, para fins de implementação;
- participação nas discussões para fins de elaboração do PROVÁRZEAS - Programa Nacional de Várzeas;
- projeto de Pesquisa sobre Legislação Agrária, Relações Sócio-Econômicas, Renda e Emprego na Agricultura - Versão Preliminar;
- participação no acompanhamento do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais - PRODECOR;
- participação na Coordenação e Acompanhamento do Programa de Irrigação do Nordeste;
- pesquisa sobre Balanço de Transações Correntes no Setor Agrícola. Trabalho em andamento em conjunto com a Comissão de Financiamento da produção - CFP.

b. Atividades Específicas

- Elaboração e Publicação do boletim "Análise Conjuntural da Agricultura Brasileira", com periodicidade mensal;
- levantamentos básicos para a organização das estatísticas referentes ao Setor Agrícola, com fins de sistematização de informações;
- elaboração de pareceres sobre processos relativos a assuntos pertinentes ao Setor Agrícola;
- participação conjunta com a CPR/SPE no acompanhamento e avaliação dos Programas Especiais;
- apoio técnico à SUBIN/SEPLAN, através da emissão de pareceres sobre projetos de cooperação técnica nacional e internacional.

2. SETOR DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SIS

a) Elaboração, Implementação, Acompanhamento de Planos e Programas e Elaboração de Subsídios.

- Participação na redação final do "III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico", compondo grupo de trabalho composto pelo CNPq, FINEP e IPEA;

- elaboração de notas para subsídio de política industrial no tocante ao "PROALCOOL", referente à demanda de bens de capital e investimentos no Programa;
- avaliação da proposta do MIC de definição de uma "Política de Desenvolvimento Industrial para o Brasil";
- participação na concepção e levantamentos preliminares de informações para o "Processo de Atualização de Programações de Investimentos";
- articulação com a Secretaria Especial de Informática - SEI e análise de documentos de política industrial daquela Secretaria;
- articulação com a Coordenação de Estudos do CNPq e análise de documentos relacionados com pesquisas na área industrial, preparados por aquela Coordenação;
- elaboração de relatórios sobre acompanhamento da política industrial, integrantes do Plano Setorial de Informações - PSI;
- elaboração de pareceres, por solicitação da SEPLAN, sobre assuntos diversos relacionados com o setor industrial. Nesse particular, destacam-se aqueles relativos a projetos que prevêem cooperação técnica internacional;

b) Atividades Específicas

- Acompanhamento conjuntural da indústria de transformação, com ênfase em setores industriais prioritários;
- acompanhamento estatístico do comércio internacional de produtos industriais;
- participação na definição de roteiro, realização de entrevistas técnicas, levantamento de informações estatísticas e acompanhamento da execução de estudo, em realização dentro do Convênio IPEA/CEPAL, sobre as "Possibilidades de Cooperação Econômica entre Brasil e Grupo Andino";
- estudo sobre o Setor de Estanho no Brasil (em andamento);
- estudo sobre o Setor de Bens de Consumo de Uso Difundido no Brasil (em andamento);
- definição e início do estudo do "Impacto dos Programas de Substituição de Derivados de Petróleo sobre a Indústria de Bens de Capital";
- estudo dos Grandes Projetos Multisetoriais, para o Sistema de Acompanhamento do IPLAN;
- trabalho sobre a Estrutura da Indústria de Transformação no Brasil, com base nos levantamentos censitários;

3. SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA - SME

a) Atividades de Planejamento e Acompanhamento de Planos e Programas e Elaboração de Subsídios

- Elaboração de subsídios para viagens presidenciais às diversas regiões do País nos assuntos relativos à mineração e energia.
- elaboração de notas e pareceres técnicos sobre assuntos relativos a energia e mineração;

b) Atividades Específicas

- Elaboração de Documento Técnico sobre as atribuições das entidades envolvidas com o Setor Energético Nacional;
- avaliação sobre a "Situação do Carvão Mineral Nacional";
- análise da "Possibilidade de substituição de óleo combustível por madeira no Brasil";
- definições sobre parâmetros tecnológicos para o aproveitamento adequado dos carvões nacionais;
- estudo sobre possibilidades de aproveitamento integral do coco de babaçu;
- proposta de alteração na sistemática de financiamento à pesquisa mineral pela CPRM;

- estudo relacionado à COFIE sobre o enquadramento dos projetos de mineração;
- participação na definição do Sistema de Atualização de Programas de Investimentos;
- levantamento dos principais projetos da área energética, atualmente em execução;
- levantamento de informações estatísticas referentes a produção e comercialização de petróleo e seus derivados, carvão mineral, energia elétrica, entre outros;
- participação na seleção dos projetos para substituição de óleo combustível nas indústrias nacionais (trabalhos realizados no MME)

4. SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - STC

a) Participação na Elaboração e Acompanhamento de Planos e Programas

- Acompanhamento conjuntural e de novos investimentos nos subsetores de transportes e comunicações;
- elaboração de notas técnicas e pareceres nos âmbitos desses subsetores;

b) Atividades Específicas

- Estudo relativo à Convenção sobre Transporte Multimodal Internacional de Cargas;
- Análise sobre Navegação de Longo Curso e Parque Nacional de Indústria de Construção Naval;
- estudo sobre "Transporte e Energia", em execução; "Estudo de Critérios sobre as Importações Autorizadas pela Comissão de Coordenação de Transporte Aéreo Civil - "COTAC";
- "estudo de transportes entre o Brasil e os Países do Grupo Andino" (em execução com a cooperação do GEIPOT e CEPAL);
- Supervisão do Convênio IPEA/GEIPOT incluindo:
 - . estudos sobre unitização de cargas;
 - . transporte a granel e armazenamento;
 - . pesquisa sobre impacto de rodovias vicinais;
 - . pesquisa sobre o inter-relacional de custos de construção, conservação e utilização de rodovias;
 - . transporte e energia;
 - . estudo sobre a contribuição dos usuários do sistema rodoviário;
 - . estudo sobre custos de transportes hidroviários;
 - . cooperação técnica MIT/GEIPOT;
 - . plano operacional de transportes - Fase III;
 - . estudo de transportes para siderurgia - Fase II;
 - . plano diretor ferroviário da Região Sudeste;
 - . Banco de dados de transportes; e
 - . estudo sobre construção naval.

- Supervisão do convênio IPEA/DAC, incluindo:
 - . Projeto Inventário;
 - . Projeto Demanda - demanda global, demanda nos terminais, fluxo nas ligações, prognose de Aeronaves, carga Aérea, Concorrência Modal, Hora-Pico e área de influência;
 - . Projeto Capacidade - manual de capacidade para aeroportos de aviação regional, plano aeroviário de aeroportos na Região Amazônica, critérios de capacidade para plano de desenvolvimento, revisão dos modelos e critérios do manual de capacidade, estudo de pavimentos, proteção ao voo, relacionamento urbano e planos de desenvolvimento;
 - . Projeto Investimento; e
 - . Projeto Informática.

c. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL - CPR

1. SETOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS - SPE

a) Coordenação de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional

As atividades principais ligadas ao esforço de coordenação dos Programas Especiais referem-se a:

- fixação de tetos de recursos para os Programas Especiais com vista a sua inclusão no Orçamento da União;

- fixação de diretrizes gerais e específicas para cada Programa Especial com vista a elaboração, pelas Superintendências Regionais de Desenvolvimento, das programações operativas anuais;
- exame, em articulação com os Ministérios envolvidos, quanto ao mérito e pertinência aos objetivos estabelecidos para cada programa, das programações elaboradas pelas Superintendências;
- elaboração de Exposições de Motivos para cada Programa a ser submetidas ao CDE/CDS para aprovação;
- elaboração de portarias aprovando a programação a nível de Programa/projeto/atividades e respectivos planos de aplicação e cronograma de desembolso;
- análise da proposta de reprogramação de recursos dos Programas Especiais durante o exercício;
- apreciação de relatórios de acompanhamento e avaliação e providências relacionadas ao processo de liberação de recursos;
- articulação interministerial.

As atividades acima mencionadas, foram desenvolvidas para os seguintes Programas Especiais:

POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, ALBRÁS/ALUNORTE,
POLOCENTRO, REGIÃO GEOECONÔMICA, PROJETO SERTANEJO,

AGROINDÚSTRIA, RECURSOS HIDRÍCOS, POPULAÇÕES POBRES DAS ZONAS CANAVIEIRAS, PROMAT, PRODENOR, PRONORPAR, PRODOPAR, PROMIRIM, PRONOROESTE, PROSUL, PROLITORAL.

b) Esforço de redefinição do esquema de administração dos Programas Especiais.

Grande esforço foi dedicado a aperfeiçoar a estrutura de coordenação e administração dos PEs, em trabalho articulado com demais Ministérios e órgãos envolvidos, resultando em novos arranjos institucionais consolidados com a proposição e aprovação das Portarias Interministeriais nºs 90 e 91.

c) Apoio técnico à SUBIN na definição de prioridades em programas de cooperação externa-técnica e econômica.

- Pareceres e enquadramento com vista a cooperação técnica e econômica.

d) Outras atividades

- Pareceres sobre apoio financeiro a projetos de desenvolvimento regional fora do âmbito dos PEs;

- apoio às atividades do CENDEC com participação de técnicos do Setor, no treinamento de pessoal em cursos ligados ao desenvolvimento regional;

- assessoramento na preparação de viagens presidenciais;

- demais atividades de assessoramento e apoio em assuntos referentes aos PE's e desenvolvimento regional;
- e) elaboração de pareceres e notas técnicas sobre
 - i) liberação de recursos para os Programas Especiais (POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA, PRONOPAR, PRODOPAR, PRONAN, PRODENOR, PRODEPAN, ZONAS CANAVIEIRAS, AGROINDÚSTRIA), Programa do Trópico Úmido e Semi-Árido, EDIBAP e outros;
 - ii) administração e avaliação dos Programas Especiais;
 - iii) pleitos extraordinários dos estados no âmbito dos PE's;
 - iv) pleitos de cooperação técnica e financiamentos internacionais na área dos PE's.

2. SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SDR

As atividades do SDR, no decorrer de 1980, foram desenvolvidas segundo três linhas principais de ação:

- i) estudos para o desenvolvimento regional;
- ii) acompanhamento dos principais instrumentos fiscais e financeiros, relacionados com o desenvolvimento regional;
- iii) assessoria à Superintendência do IPLAN, nos assuntos relativos ao desenvolvimento regional.

a) Estudos para o Desenvolvimento Regional

1) Projeto de Avaliação da Política de Industrialização do Nordeste.

Desenvolvido em cooperação com a CEPAL, e contando com apoio financeiro do PNUD, avalia em sua primeira fase, os complexos industriais definidos para a Região, a saber: Complexo Petroquímico de Camaçari, Complexo Industrial de Base de Sergipe, Complexo Químico de Alagoas, Complexo Industrial Portuário de Suape, Complexo Químico Metalúrgico do Rio Grande do Norte e III Pólo Industrial do Nordeste.

Foi elaborado o projeto de cooperação com o PNUD assim como foram preparados os termos de referência do estudo. Foram realizadas duas reuniões gerais com representantes de todas as entidades que direta ou indiretamente se relacionam com

com o assunto - MIC, MINTER, MME, CDI, CNPq, BNDE, SUDENE e PETROBRÁS - para discussão dos termos de referência e definição do esquema de trabalho a ser adotado durante o estudo. Ao final do ano incorporaram-se à equipe do SDR os dois peritos estrangeiros contratados pela CEPAL. Foram realizadas, ainda, missões de reconhecimento a todos os complexos objeto de estudo. Atualmente o projeto encontra-se em pleno funcionamento, com a equipe dedicando-se à avaliação do Complexo Químico de Alagoas.

2) Projeto de Montagem de Sistemas de Contas Regionais para o Brasil

Realiza-se em cooperação com o MINTER e suas Superintendências Regionais de Desenvolvimento - SUDENE, SUDAM, SUDESUL e SUDECO -, além do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e dos Governos dos Estados do Sudeste.

Além da elaboração do anteprojeto do sistema de contas foram realizadas missões junto a essas entidades, tendo em vista levantar o estado em que se encontram as contas regionais e sondar a disposição quanto à participação no projeto. Foram realizadas ainda, reuniões com o MINTER e com o IBGE. O efetivo início dos trabalhos está na dependência de acertos finais junto ao MINTER, ao IBGE, aos Governos Estaduais e à FGV.

3) Projeto de Estudos para Aproveitamento das Várzeas Amazônicas

Foi elaborado anteprojeto assim como foram feitos os primeiros levantamentos de campo e os primeiros contatos com a SUDAM, o INPA, e os Governos dos Estados do Amazonas e do Pará. A partir da redefinição de tarefas no âmbito da CPR os técnicos engajados no projeto foram transferidos do SDR para o SPE.

b) Acompanhamento dos Principais Instrumentos Fiscais e Financeiros Relacionados com o Desenvolvimento Regional.

As principais atividades de acompanhamento da evolução de instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento regional foram as seguintes:

- i) Administração e acompanhamento do PIN-PROTERRA;
- ii) evolução da execução financeira dos Programas Especiais;
- iii) acompanhamento dos incentivos fiscais e transferências federais aos Estados, compreendendo os fundos constitucionais - FPE, FPM e FE - e os fundos vinculados - IULCLG, TRU, IUEE e IUM.

c) elaboração de pareceres e notas técnicas sobre o Projeto Carajás, PRODENOR/79, etc; sobre pedidos de financiamento junto ao BID e BIRD para projetos de desenvolvimento regional, sobre pedidos de cooperação técnica na área das atribuições do setor; elaboração de minutas de EM sobre alocação de recursos do PIN/PROTERRA e de proposta de diretrizes para sua administração.

3. SETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

As principais atividades realizadas pelo SDU, durante o ano de 1980, foram as seguintes:

- a) Elaboração dos Seguintes Estudos
 - Regiões Metropolitanas - aperfeiçoamento da legislação;
 - intervenção do POLONORDESTE e suas repercussões nos espaços urbanos. Mapeamento da Rede Urbana do Nordeste. Versão preliminar;
 - ligação campo/cidade - cidades de pequeno porte, suas funções como apoio ao desenvolvimento da agropecuária;
 - tentativa de delimitação do urbano. Idéias preliminares;
 - plano da casa rural - PLACAR.
- b) Elaboração de Notas Técnicas sobre os Seguintes Tópicos ou Projetos:
 - "As Cidades de Porte Médio no Contexto Regional", (Viagem a Presidente Prudente - SP);
 - "Bauru na década de 80" (Viagem a Bauru-SP);
 - Programa Integrado de Melhoria dos Pequenos Núcleos Urbanos de apoio à atividade rural no Rio Grande do Norte;
 - Projeto Recife;

- proposta do MINTER para investimentos em 1981 em CPPs, CPMS e RMS;
- Programa de atração de turismo Externo - EMBRATUR;
- Projeto Rodoferroviário de São Luís-MA, pleito da EM 001/80, de 04 de julho de 1980;
- Projeto Italuís, EM. 001/80, de 04 de julho de 1980;
- Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Urbano das cidades: Imperatriz, Santa Inês, Caxias, Bacabal, codô, Pedreiras, Barra do Corda, Balsas, Presidente Dutra, São João dos Patos e Pinheiros-MA, pleito da EM 001/80, de 04.07.80;
- associação profissional da indústria de Malha rias de Juiz de Fora
- implantação de equipamentos sociais nas "cidades barreiras", no estado do Ceará;
- a confederação nacional da indústria solicitou à SEPLAN a oportunidade de participação das classes interessadas, na elaboração do anteprojeto de lei que dispõe sobre a "Política Nacional do Meio Ambiente";
- GT/Turismo - regulamentação Lei nº 6513, de 20 de setembro de 1977;

- seminário versando sobre o trabalho de regionalização na Fundação Instituto de Desenvolvimento Regional e Urbano de Goiás - INDUR, na cidade de Goiânia - GO;
- resumo da posição da SEPLAN e do MINTER sobre solicitação de recursos no montante de Cr\$ 250 milhões, por parte do Governo do Estado de Minas Gerais para aplicação no Plano de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado do Vale do Aço;
- Projeto Pedra do Cavalo (Abastecimento de água em Salvador - BA);
- Criação do Programa de Cidades de Pequeno Porte - CPP;
- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado para a Região Sul de Santa Catarina - PROSUL;
- elevação de recursos para o BNH (Aviso GM nº 638, de 03.10.80);
- Programa Cidades de Porte Médio/Banco Mundial (CPM - BIRD), solicitando liberação de importância equivalente a US\$ 606 667,00;
- reuniões extraordinárias e ordinárias do CNDU, realizadas no ano de 1980;
- incentivo e apoio à elevação de renda da população favelada;

- estudo do desenvolvimento industrial do Nordeste;
- Projeto Cidade da Fraternidade
- Projeto Distritos Turísticos do Nordeste (SUDENE);
- Formação de recursos humanos na área de Planejamento Urbano para cidades de Porte Médio;
- programa estadual de centros intermediários (cidades-Dique) - governo do estado de Minas Gerais;
- resposta à solicitação da Associação Comercial e Industrial de Itumbiara-GO para inclusão desta cidade no Programa Nacional de cidades de Porte Médio;
- respostas de plano de trabalho de saneamento e Defesa do Meio Ambiente;
- sugestão de Plano de Arquivo para o SDU/CPR;
- sugestão de plano de trabalho para o SDU/CPR;
- Minuta de resposta à solicitação do Centro de Documentación Municipal de la Ciudad de Buenos Aires de dossier de legislação para o desenvolvimento urbano.

c) Produção dos Seguintes Textos:

- O desenvolvimento regional do nordeste brasileiro: Algumas reflexões;
- cidades de porte médio: Uma política nacional?
- resumo de estudos desenvolvidos pelo PIMES sobre "Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro" e "Desenvolvimento Rural no Nordeste";
- síntese do documento/Brasília uma opção para o desenvolvimento;
- desconcentração da atividade econômica;

d) Elaboração de pareceres sobre:

- i) propostas de alteração e aperfeiçoamento da legislação sobre desenvolvimento urbano, Regiões Metropolitanas e meio-ambiente = Lei Complementar nº 14/73, Projeto de Lei Complementar 82/79, Projetos de Lei 2478/79, 2449/79, 07/80 e outros;
- ii) liberação de recursos do FND e PIN para desenvolvimento urbano;
- iii) propostas de Cooperação Técnica internacional na área de desenvolvimento urbano e meio ambiente.

D. CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS - CNRH

a) Participação na elaboração e implementação de planos e programas e na elaboração de subsídios:

1) Apoio à elaboração e Implementação de Planos e Programas

No exercício de 1980, o CNRH participou da elaboração dos seguintes planos e programas governamentais:

- Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde - PREVSAÚDE;
- Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas;
- reformulação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - PNCSU;
- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição III PRONAN;
- Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino (MEC/BIRD);
- Plano Diretor de Informação do MEC;
- Expansão do Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES/MEC).

- subsídios ao Programa Especial de Apoio as Populações Pobres da Zona Canavieira;
- subsídios ao Programa de Atendimento às Populações Ribeirinhas e de Perímetros coligados (MINTER/CODEVASP);
- subsídios para alocação de recursos ao PIASS e controle de endemias;
- nota sobre a política nacional de formação de Mão-de-Obra;

b) Atividades Específicas

1. Assessoria Técnica de Apoio ao Conselho de Desenvolvimento Social

As ações de apoio ao Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), concentram-se basicamente na execução das seguintes atividades:

- Análise das propostas de solicitação de recursos junto ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) a serem submetidos ao CDS;
- preparação das reuniões realizadas pelo CDS. No período o Conselho reuniu-se 4 vezes ;
- apoio técnico às decisões do Conselho no sentido de agilizar as efetivações das mesmas.

Entre os assuntos aprovados pelo Conselho, destacam-se:

Quanto à implementação de planos e programas cabe destacar as atividades de assessoria ou assistência prestadas na execução dos seguintes programas:

- Programa de Interiorização das Ações Básicas de Saúde e Saneamento - PIASS;
- Sistema Nacional de Informação de Emprego;
- Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - PNCSU;

2) Elaboração de Subsídios às Ações da Política Social do Governo

Com o propósito de subsidiar as ações do Governo, principalmente quanto ao aperfeiçoamento dos instrumentos da política social do governo, foram elaborados os seguintes documentos:

- Nota sobre a reestruturação da carreira do magistério;
- nota sobre o crédito educativo;
- situação e perspectivas do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;
- análise do anteprojeto de Lei Complementar sobre a Previdência Social Rural;
- nota sobre o Projeto de Lei que Unifica as Alíquotas de Contribuição destinadas a outras entidades e fundos, recolhidos pelo IAPAS

- planos de aplicações dos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), alocando um total de recursos da ordem de Cr\$ 34,7 bilhões;
- orçamento do Programa Nacional de Alimentação-PRONAN/80, envolvendo recursos no montante de Cr\$ 9,8 bilhões, sendo Cr\$ 1,9 bilhões do FAS.
- Programa Nacional de Migrações Internas;
- Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, alocando recursos no valor de 2,3 bilhões;
- reformulação do Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos.

2. Avaliação de Programas do Governo na Área Social

Com a finalidade de servir de subsídios para eventuais realocações de recursos na área social e para possíveis reorientações dos programas existentes, foram iniciados os estudos de avaliações dos seguintes programas (relatórios preliminares concluídos):

- Assistência Médica da Previdência Social (MPAS);
- Controle de Endemias (MS);
- Sistema Nacional de Emprego - SINE (MTb);
- Sistema Nacional de Formação de Mão-de-obra SNFMO (MTb);

- Programa de Interiorização de Ações Básicas de Saúde - PIASS (MS);
- Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (MINTER);
- Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano - PRONASEC/Rural (MEC);
- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição PRONAN (INAN/MS);

3. Produção de Informações e Documentação Básica

Com a implantação do Núcleo Básico de Informações, além das atividades de coleta de dados e organização do acervo de informações, foram produzidos os seguintes documentos:

- . Anuário de Informações Sociais (Vol. I);
- . Estatísticas Regionais (PNAD's);
- . Indicadores Educacionais: Brasil e Regiões, 1970-1978;
- . Indicadores Sociais: Brasil e Regiões, 1970-1980;
- . Relatório Social, (em conclusão);

4) Estudos e Pesquisas

Na área de Pesquisa as atividades concentram-se no acompanhamento e análise dos trabalhos realizados por força de convênios firmados entre o IPEA e outras instituições. No exercício de 1980, os técnicos do CNRH participaram dos seguintes relatórios de pesquisas:

- Microunidades de Produção em Recife - Convênio IPEA/SUDENE (em andamento);

- Microunidades de Produção em Natal - Convênio IPEA/SUDENE, (em andamento);
- Microunidades de Produção em Teresina - convênio IPEA/SUDENE (relatório final em análise);
- Complementação de Renda das Famílias de Baixa Renda em Recife - Convênio IPEA/SUDENE (em andamento);
- Complementação de Renda das Famílias de Baixa Renda em Fortaleza - Convênio IPEA/SUDENE (concluído);
- O Setor Informal no Brasil - Convênio IPEA/MTb/SENAI/IESAE (em andamento).

Por outro lado foram efetuados vários estudos, alguns de responsabilidade individual, porém, objeto de discussão interna no CNRH:

- Política Social: Uma fundamentação teórica;
- Emprego: resultante econômico ou imperativo social?;
- Elementos teóricos para uma definição de operacionalização de política social;
- O comportamento recente do mercado de trabalho formal nas regiões metropolitanas;
- Algumas observações sobre o índice de rotatividade calculado pelo CDI/MTb;
- A necessidade de proteção do consumidor;
- Observações sobre o Problema do Seguro-Emprego;

- Turnos de trabalho e política de emprego;
- Mercado de trabalho rural;
- Análise do Índice SINE/MTb;
- Prioridades governamentais de política social;
- Estudos básicos para Análise do Orçamento Social;
- Financiamento de Prioridades sobre Emprego, Renda e Desenvolvimento Social;
- Planejamento participativo no contexto da política social.

5) Pareceres

No exercício de 1980 foram emitidos 105 (cento e cinco) pareceres técnicos reportando-se basicamente aos processos de Cooperação Técnica encaminhados pela SUBIN.

E - NÚCLEO DE APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS - PNCSU

Significativas modificações foram introduzidas em 1980 nas diretrizes do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, emanadas do Conselho de Desenvolvimento Social, ten - dentes a colocar em operação as unidades já fisicamente implantadas ou em implantação em todo o país.

Até 1980 o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos concentrou suas atividades na construção das unidades aprovadas em todo o território nacional, operando-as sobretudo através da prestação de serviços à população de suas áreas de influência e desenvolvendo ação apenas eventual no campo do desen - volvimento comunitário.

A partir da Resolução nº 005/80, de 30 de abril de 1980, do Conselho de Desenvolvimento Social, a ênfase colocou-se na promoção do desenvolvimento de comunidades e na concepção de atividades capazes de elevar a renda familiar das populações atendidas pelas unidades. A Coordenação Nacional do Programa dedicou-se a assistir os estados na realização de tarefas que perseguissem esses objetivos, constatando-se, já neste início de 1981, a obtenção de resultados animadores, sobretudo quando se considera que se coloca em marcha um processo necessariamente longo e difícil.

Desempenho do PNCSU em 1980

O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos encerrou o ano de 1980 com 335 projetos com obras civis concluídas; desses, 319 encontram-se em fase de desenvolvimento de operação e 16 em fase pré-operacional. No ano de 1980 concluíram-se as obras de 90 centros sociais urbanos, dos quais 74 já foram inaugurados e 16 serão inaugurados no primeiro trimestre de 1981.

Os resultados obtidos no atendimento direto das populações das áreas de influência dos centros, nos campos do esporte, lazer, previdência e assistência social, trabalho, saúde e nutrição, educação e cultura podem contar-se pelo atendimento de um total de 1,6 milhão de pessoas, com 8,9 milhões de atendimentos em 157 unidades do Programa. Projetando-se para os 335 CSU's implantados, estima-se que cerca de três milhões de pessoas foram assistidas, com mais de 16 milhões de atendimentos.

Essa capacidade, porém, poderá ser muito ampliada na medida em que se obtenha efetiva participação das comunidades na administração das unidades, bem como na elaboração e execução dos projetos.

Recursos Humanos e Financeiros

A Coordenação Nacional do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos empenhou-se, em 1980, em dotar o Programa de equipes técnicas habilitadas para as tarefas de colocar em efetiva operação as unidades implantadas e em implantação, seja a nível federal, seja no âmbito dos governos estaduais. Paralelamente, procurou integrar mais intimamente as ações dos organismos federais e estaduais do Programa, bem como intensificar a cooperação técnica com entidades nacionais e internacionais.

Estabeleceu-se estratégia de aplicação de recursos financeiros e capacitação de recursos humanos capaz de atender às necessidades do Programa, garantir-lhe resultados condizentes com sua filosofia e objetivos e adaptá-lo à nova orientação emanada do Conselho de Desenvolvimento Social.

Constatou-se que as equipes técnicas, a níveis federal e estadual, necessitavam de reciclagens que as capacitassem para as novas tarefas que lhes foram atribuídas, tendo-se ademais em conta que tais equipes mostravam-se, ao iniciar-se 1980, bastante reduzidas.

A Coordenação Nacional do PNCSU preparou, a partir dessas considerações, programação de assessoramento técnico com vistas a aprimorar o desempenho das equipes em tarefas tais como elaboração e análise de projetos, acompanhamento de ações de desenvolvimento comunitário, de criação de micro-unidades produtivas e recuperação da memória do Programa.

Além disso, para capacitar-se a atender às exigências do processo de operação dos CSU's, dentro das novas características adotadas para o Programa, vem sendo adotada programação de treinamento, promovida pela Coordenação Nacional e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec) do IPEA. Esta programação, cuja primeira parte realizou-se em novembro e dezembro de 1980, terá continuidade em maio de 1981.

A nível estadual, a Coordenação Nacional apoiou efetivamente os agentes gestores na realização de treinamento para as respectivas equipes técnicas, com base nas diretrizes gerais definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social.

Quanto aos aspectos financeiros, os recursos previstos para 1980 montavam a Cr\$ 1 bilhão, mas diante da reformulação de suas prioridades ficaram reduzidos a Cr\$ 404,2 milhões, aos quais se acresceram Cr\$ 18,8 milhões do exercício anterior, totalizando Cr\$ 423 milhões.

Desses recursos Cr\$ 350 milhões destinaram-se a colocar em operação os CSU's existentes, dependendo sua liberação da apresentação de projetos ao Grupo Executivo do PNCSU. Esse total distribuiu-se de maneira a beneficiar mais os estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, onde se observa maior concentração de populações de baixa renda (62% da população entre zero e um salário mínimo).

À complementação das construções em andamento foram destinados Cr\$ 50 milhões.

Atuação da Coordenação Nacional

Com o fim de orientar as equipes estaduais, detectar entraves à efetiva operação das unidades e conhecer a situação dos centros implantados em todo o país, a Coordenação Nacional fomentou o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os três níveis de atuação do Programa, através de visitas de técnicos aos estados e encontros a níveis estadual e nacional.

Para isso a equipe técnica da Coordenação Nacional realizou um total de 51 viagens aos estados e territórios, mantendo acompanhamento direto dos trabalhos realizados, seja nas capitais de cada estado, seja no seu interior.

No final do ano a equipe técnica nacional visitou todos os estados e territórios onde se localizam CSU's, manteve contatos com as equipes técnicas de todos os agentes gestores estaduais, com os titulares dos órgãos responsáveis pelo Programa em cada unidade da Federação com as equipes de gerência de várias unidades em cada estado, tendo portanto oportunidade de observar in loco os primeiros resultados obtidos com as novas filosofia e estratégia definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social.

A necessidade de permutar experiências, analisar o desenvolvimento do Programa em todo o país e levantar propostas de ação levou à realização em Brasília, em outubro de 1980, do I Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de CSU's.

A procura de estreitamento e fortalecimento de vínculos entre o PNCSU e programas afins dos ministérios da área social resultou na formação de grupo de trabalho no MTb, com o qual a Coordenação Nacional do PNCSU realizou diversas reuniões e contatos, que apresentaram como resultado inicial a elaboração de projetos para unidades do Programa. Além disso encontra-se em estudo proposta de convênio, envolvendo os estados, para integração mais efetiva do Projeto Rondon, do Ministério do Interior, nos trabalhos de desenvolvimento comunitário realizados nos CSU's. Também já se mantiveram contatos no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social visando à dinamização de seus programas nos Centros Sociais Urbanos. O Programa de Ações Sociais, Educativas e Culturais para a Periferia Urbana, do Ministério da Educação e Cultura, já está atuando junto às unidades do PNCSU.

F. GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Unidade de atividade-meio do IPLAN, tendo cumprido as seguintes tarefas principais:

- Controle de pessoal;
- Controle dos Convênios e Contratos;
- Controle das representações nos órgãos colegiados;
- Controle do orçamento próprio;
- Controle dos bens e equipamentos sob guarda e uso do IPLAN;
- Apoio às necessidades do IPLAN em reprografia, desenho e serviços de auditório;
- Apoio às necessidades de processamento de dados através das possibilidades do equipamento;
- manutenção dos serviços de biblioteca do IPLAN através de levantamentos bibliográficos, livros, periódicos e outras publicações atualizadas;
- Desenvolvimento de um sistema de recuperação de informações no âmbito do IPLAN;
- Acompanhamento do Programa de Financiamento de Teses;

A Unidade Produtora de Informações - UPI, desenvolveu as seguintes atividades:

a) Processamento de cálculos diversos (projeções, regressões, modelos de simulação, gráficos "PLOTTER", PAC's de estatística, tabelas, etc.) para as demais unidades do IPLAN, para o INOR e SEST;

b) Manutenção e execução de sistemas já implantados no Minicomputador HP 9830-A, para o IPLAN;

c) Implantação de novos sistemas para o SAA/CPS/IPLAN;

d) Levantamento e determinação dos assuntos pertinentes às atividades exercidas pelos técnicos da CPS, em continuação à 1.^a etapa do Sistema de Referência de Informações para o Planejamento, para o IPLAN.

e) Ampliação dos recursos de HARDWARE, através da aquisição de um Minicomputador LABO 8034 e instalação de um terminal COBRA conectado ao computador IBM 370/158 do IBGE/RIO (Convênio IPLAN/IBGE);

f) Treinamento do pessoal técnico da Unidade através de cursos oferecidos pelo IBGE (utilização do pacote SAS e pesquisa no Banco de Dados SIDRA) e pela LABO (Operação do computador LABO 8034, Programação BASIC e Sistema Operacional).

III: PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS,
CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, PALESTRAS E
REUNIÕES - POR SETORES.

A. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO GERAL - CPG

1. Reuniões semanais de conjuntura na SEPLAN, a partir de 29/09/80;
2. Reuniões do Conselho Técnico do IBGE;
3. Reunião do Conselho Nacional de Política Salarial, dezembro de 1980;
4. Delegado brasileiro à Feira Internacional de Leipzig, R.D.A., de 09 a 15/03/80;
5. Realização das seguintes conferências, por indicação da SEPLAN;
 - Escola Superior de Guerra; "Instituições Econômicas Brasileiras", Rio, maio de 1980;
 - Mesa Redonda: "Encargos Sociais e Política Salarial", Folha de São Paulo, 16/06/80;
 - "Planos de Desenvolvimento", Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio, 15/09/80;
 - "III PND", Escola de Defesa Nacional da Argentina, Brasília, 18/09/80;
 - "Sistema Financeiro da Habitação", Brasília, 25/10/80;
 - "Sistema de Planejamento no Brasil", Estado Maior das Forças Armadas, Brasília, 30/10/80;

6. Seminário "Tecnologia e Desenvolvimento Social realizado pela SDS/CNPq;
7. Congresso Nacional de Administração Fazendária, Salvador, junho/80;
9. Reunião sobre Reforma Tributária IPLAN/INPES/FIPE, Rio de Janeiro, agosto de 1980.

B. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL - CPS

1. SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA

- III Curso Regional Latino-Americano de Projetos Agroindustriais, realizado no CENDEC, em junho e julho;
- Curso de Planejamento Agrícola, ministrado na CEPLAC/MINAGRI, no mês de abril;
- Curso sobre o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, ministrado no CENDEC, no mês de novembro;
- Curso sobre a Política de Irrigação, ministrado no CENDEC, em novembro;
- III Congresso Brasileiro de conservação do Solo, realizado em Brasília, em outubro;
- IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília, em abril;
- XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economia Rural, realizada no Rio de Janeiro em julho;

- Reuniões sobre Avaliação do POLONORDESTE, elaborado pelo Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia - PIMES, realizadas em Recife, em maio;
- Reuniões do Programa de Trópico Úmido, para o estabelecimento do Plano Básico de Pesquisa para a Região Amazônica, realizadas em Santarém-PA, em julho;
- Curso sobre "Plantio Direto", realizado no Estado do Rio Grande do Sul, em setembro;
- Palestra proferida em Maceió no Fórum "O açúcar e o álcool e seus reflexos na economia nacional", em dezembro, representando o Senhor Secretário Geral;
- Viagens e visitas a projetos de programas de desenvolvimento rural integrado e de irrigação no nordeste brasileiro.

2. SETOR DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SIS

- Seminário sobre Política Científica e Tecnológica do estado de São Paulo - São Paulo, março de 1980;
- Primeira reunião do Comitê de Ação da Rede de Informações Tecnológicas da América Latina. RITLA. Rio de Janeiro, setembro de 1980;
- 3º Simpósio Nacional de Não-Ferrosos. Belo Horizonte, setembro de 1980;
- Seminário sobre Energia e Desenvolvimento. Brasília, outubro de 1980;

- Ciclo de palestras sobre Celulose e Papel. Brasília, outubro de 1980;
- XIII Congresso da Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel. São Paulo, novembro de 1980;
- X Congresso Brasileiro de Siderurgia - IBS. Rio de Janeiro, abril de 1980;
- II Congresso Brasileiro de Petroquímica - IBP. Salvador, novembro de 1980;
- III Congresso Latino-Americano de Petroquímica - IPLA. Salvador, novembro de 1980;

3. SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA - SME

- "Simpósio Interamericano sobre o Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia", patrocinado pela OEA, em São Paulo - SP;
- Seminário sobre Carvão Vegetal promovido pelo CDI/MIC, em Brasília-DF;
- Reuniões para a proposição de um plano para o aproveitamento integral do Babaçu (IPLAN e CNPq em Brasília e IPLAN, CNPq, STI e IPT em São Paulo-SP);
- Curso "Uso da madeira para fins energéticos" promovido pelo CETEC (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais), em Belo Horizonte-MG;
- "Primeiro seminário sobre Energia e desenvolvimento" programado conjuntamente pelo CENDEC/IPEA e ILPES/CEPAL/PNUD, em Brasília-DF;

- Conferência no "International Course on Applied Mineral Economics" - (UNESCO) - João Pessoa - PB ;
- Seminário sobre o Ouro, Belo Horizonte-MG;
- Reuniões com a SEPLAN, CNPq e FINEP (no Rio de Janeiro e em Brasília) para a discussão do documento sobre fontes não convencionais de energia que a SEPLAN submeteria à apreciação do GS VI/CNE.
- Visitas técnicas aos centros de pesquisas em fontes não convencionais de energia - UNICAMP, CTA, IPT, CESP, COPPE e PUC (Rio de Janeiro-RJ);

4. SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - STS

O STC promoveu, com a colaboração do GEIPOT, um ciclo de palestras sobre os seguintes estudos em realização na área de transportes:

- . Transporte e Energia;
- . Construção Naval;
- . Corredores de Exportação;
- . Transportes a Granel e Armazenamento;
- . Plano Diretor Ferroviário da Região Sudoeste;
- . Plano Operacional de Transporte - POT;
- . Unitização de Cargas;
- . Transporte Hidroviário;
- . Álcool e Transporte.

Os técnicos do STC ministraram cursos e palestras no CENDEC, Fundação Getúlio Vargas, Centro Tecnológico da Aeronáutica e Universidade de Brasília, entre outros.

- Participações diversas nos seguintes eventos:

- . "Seminário sobre Modelos de Planejamento" CENDEC/IPEA;
- . "Discussões no âmbito da CPS sobre Políticas Setoriais. IPLAN (O setor foi responsável pela exposição sobre a política de transportes):
- . "Centro-Oeste: A Nova Fronteira". Palácio Itamaraty;
- . "Seminário sobre a Experiência Japonesa na Área de transportes Urbanos". Palácio do Itamaraty;
- . Congresso Brasileiro de Telecomunicações. Brasília;
- . "II Encontro Brasileiro de Econometria". Nova Friburgo

C. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO REGIONAL - CPR

1. SETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

a) Participação em grupos de trabalho - SEPLAN/CNDU

- Instrumental jurídico em matéria urbanística - criado pela Resolução 007/CNDU;
- Aperfeiçoamento da Legislação sobre Desenvolvimento Urbano e e outras ações específicas;
- . GT/Exame e definição de competência da cada esfera de Governo em matéria urbanística;

- GT/Tributação e recursos financeiros - ampliação de cursos financeiros, redistribuição de recursos e identificação de mecanismos de melhoria da gestão administrativa;
- GT/Tributação e recursos financeiros - racionalização de despesas através da adoção de padrões de equipamentos e serviços mais consentâneos com a realidade sócio-econômica e novas formas de amortização: conjugar esforços do poder público com a iniciativa privada;
- GT/Tributação e recursos financeiros - orientação da política de concessão de financiamentos para que funcione como instrumento de reordenamento e disciplinamento da economia regional e urbana;
- GT/Instrumental legal - Código Civil, Instituto de Desapropriação, criação de novos instrumentos legais (Direito de Preempção, edificação compulsória);
- GT/Instrumental legal - identificação de matérias afins com o interesse urbanístico;
- GT/Instrumental legal - elaboração de uma lei de desenvolvimento urbano, de âmbito nacional;
- "Anteprojeto que deu origem à Lei nº 6 803, de 02 de julho de 1980, que, "dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição";
- Anteprojeto de decreto que, "dispõe sobre as atividades da administração pública federal nas regiões metropolitanas";

- modificações à legislação metropolitana;
- Anteprojeto de Lei Complementar que "altera a Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);
- Anteprojeto de Lei que, "dispõe sobre a política nacional do meio ambiente";

b) SEPLAN/MIC

- GT/Regulamentação da Lei 6 513 de 20 de dezembro de 1977. Portaria nº 111 de 11/09/80 do MIC;

c) IPEA/CNPq/CNDU

- Informação e documentação para o desenvolvimento urbano e regional;
- formação de recursos humanos;

d) CPR/CNRH

- Avaliação do PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição;

e) IPEA/CDI/OUTROS

- Estudo sobre desenvolvimento industrial no nordeste;

f) SDU/SDR

- Regionalização das aplicações financeiras federais

Seminários, conferências e aulas ministradas

a) Internos:

- Violência urbana;
- Brasília problemas e perspectivas;
- Síntese do documento "Brasília: uma opção para o desenvolvimento" de autoria de Luiz Gonzaga Guimarães;
- Resumo de estudos desenvolvidos pelo PIMES sobre "Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro" e "Desenvolvimento Rural no Nordeste";
- Planejamento cicloviário: uma política para bicicletas;
- Meio ambiente e poluição;
- As cidades de porte médio no contexto regional"
- Projeto Recife;
- Aproveitamento da barragem pedra do cavalo;
- Bauru na década de 80;
- Desconcentração das atividades Econômicas
- Unidade Produtora de Informações do IPLAN - Apresentação:
- Programa de desenvolvimento do Sul de Minas;
- Reflexos sobre a visita ao Piauí;
- Projeto de pesquisa DAC/IPEA;

- Crescimento Econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil - comentário;
- "Rede urbana do nordeste" e "Informações sobre a viagem a Goiânia";
- Uma política nacional de desenvolvimento regional e sua viabilização administrativa;
- O sistema urbano brasileiro: tendências, limitações e alternativas;

b) Externos

- Participação como Expositor
- I Seminário nacional sobre qualidade de vida - Aracaju/SE - Tema: O Desenvolvimento Regional do Nordeste Brasileiro: algumas reflexões;
- "Política urbana" - aula ministrada no V Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional (CENDEC);
- Cidades de porte médio: Uma política nacional? Ministrado em Simpósio promovido pelo SENAC-SP, Bauru;
- Cidades de porte médio, Seminário apresentado no Curso de gerente urbano da UNESP em Presidente-SP;
- Cidades de porte médio, Seminário ministrado no curso de mestrado de planejamento urbano da UnB.

- Ouvinte
- Concentração espacial e descentralização "2º Seminário Internacional de Economia Regional e Urbana - FIPE/USP;
- Problemas fundiários urbanos. SE/CNDU;
- O Estado e a Nova Lei de Parcelamento do Solo "SE/CNDU;
- Habitação e Desenvolvimento Social" - MINTER/JB.

Apoio ao CENDEC na realização do V Curso de Planejamento de desenvolvimento regional nos seguintes aspectos: seleção de técnicos da CPR que orientaram os trabalhos de conclusão do curso, seleção dos programas especiais que foram objeto dos mencionados trabalhos de grupo, acompanhamento e avaliação final dos trabalhos apresentados.

Reuniões externas ao SDU

- Reunião sobre as Regiões Metropolitanas (CNDU);
- Programa de Trabalho Comum CNDU/CPR (SDU) - (CNDU);
- Comissões CNDU e Treinamento de Recursos Humanos (CNPq);
- Projeto de Colonização Agrícola no Pará - (MINAGRI);
- Preparação dos termos de referência do projeto sobre in formações para o desenvolvimento urbano (CNPq);
- Projeto Recife (SUBIN);

- Prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU);
- Sistema Nacional do Meio Ambiente (SEMA);
- Projeto FIDEM (SUBIN);
- Definição de zona urbana (CNDU);
- Regulamentação de legislação sobre turismo (EMBRATUR);
- CE/BIRD: Projeto Água e Esgoto do RJ/BNH (SUBIN);
- Água e Esgoto no Norte, Nordeste e Centro-Oeste - Multi State/BNH (SUBIN);
- Cidades de porte médio (CNDU);
- Estudos e discussões junto a coordenação do PNCSU visando a definição dos Centros sociais Rurais;
- Reuniões com equipes do MINTER e MINAGRI, tendo em vista a definição do Plano da Casa Rural - PLACAR;
- Desenvolvimento Industrial no Nordeste (CNDU/SEMA);
- Reuniões com equipes da FSESP, DNOS e FEEMA com o objetivo de obter informações sobre trabalhos de Sanamento Ambiental;
- CNDU/CNPq/IPEA para elaboração de termos de referência para o projeto de levantamento geral das disponibilidades de recursos humanos para o desenvolvimento urbano;

- Cidades dique (SUBIN);
- Avaliação do desenvolvimento urbano da região sul do estado de Goiás - SUDECO;
- Conhecimento dos perfis das cidades de porte médio Goiás - SUDECO/DDL;
- Programação para 1980 - Estado de Goiás - INDUR
- Caracterização das áreas polarizadas do Estado de Goiás (INDUR);
- Distritos industriais de Goiás - SIC/GO;
- Situação do convênio para preservação do monumento dos Guararapes - SPHAN;
- Aspectos macroeconômicos da política urbana (CNDU);
- Financiamento do desenvolvimento regional (CNDU);
- Implicações espaciais da política global do desenvolvimento (CNDU);
- Regionalização do orçamento fiscal (SOF);
- Loteamentos urbanos (CNDU);

D. CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS - CNRH

- Seminário "Habitação e Desenvolvimento Social", Brasília, outubro de 1980;

- Seminário de Indicadores Educacionais no Contexto do Desenvolvimento Social. Secretaria Geral do MEC e CNRH/IPLAN - março de 1980;
- Reunião anual da ANPEC (Associação nacional de Pós-Graduação em Economia), Nova Friburgo, dezembro de 1980;
- Seminário Nacional sobre qualidade de vida; Aracaju, dezembro de 1980;
- Reunião com técnicos do CNPq para discussão de linhas prioritárias de pesquisa nas áreas de alimentação e nutrição;
- Reuniões com técnicos da SUDENE para avaliação das pesquisas em andamento (Convênio IPEA/SUDENE);
- Reuniões técnicas com grupo de indicadores sociais da FIBGE;
- VII conferência nacional de saúde (Brasília, março de 1980);
- III Seminário Nacional sobre "Organização e Funcionamento de Centros de Ciências da Saúde" e Hospitais Universitários (Fortaleza, setembro/80);
- Encontro de secretários de saúde do norte e nordeste (Belém, outubro/80);
- Seminário sobre "Planejamento Social", promovido pelo SESI (Brasília, novembro/80);

- Seminário sobre "Indicadores Educacionais no Contexto do Desenvolvimento Social", promovido pela SG/MEC (Brasília, março/80);
- Seminário sobre "Articulación de la Enseñansa Técnica. Formal y no Formal", promovido pela UNESCO (México, novembro/80);
- 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, promovida pela SBPC (Rio de Janeiro, julho/80);
- Congresso sobre "O Pré-Escolar", promovido pela OMEP/MEC (Brasília, julho/80);
- Conferência sobre "Planejamento da Educação", promovido pela Secretaria Geral do MEC (Brasília, agosto/80);
- Congresso Interamericano sobre a "Livre iniciativa na Mobilização de Fontes Alternativas, promovido pela OEA E Forum das Américas (São Paulo, setembro/80),
- I Conferência Brasileira de Educação promovida pela Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), (São Paulo, março/80);
- I Encontro de Dirigentes de Treinamento SEMOR/SEPLAN e DASP (Brasília, setembro/80);
- Seminário sobre "Educação Comunitária", promovido pela SSS/FSS/DF (Brasília, outubro/80);

- Seminários sobre "Desenvolvimento do SINE", promovido pelo MTb (Brasília, agosto/setembro/80);
- Encontro Ministério do Trabalho do Brasil/Ministério do Trabalho do México (México, novembro/80)

IV. PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS

A. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL - CPS

1. SETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA

- Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF;
- Conselho de Administração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS;
- Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE;
- Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC;
- Conselho Executivo de Movimentação de safras - GREMOS;
- Conselho de Valorização de Parques - CVP;
- Comissão de Política Florestal - CPF;
- Comitê de Coordenação do Projeto Brasil/FAO/PNUD - "Planejamento e Treinamento Agrícola";
- Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas - GEER;
- Grupo Executivo do Abastecimento de Fertilizantes - GEAF;
- Subcomissão de Agricultura do Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Conselho Científico e Tecnológico do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq;

- Conselho Interinstitucional do Programa Nacional de Tecnologia em Processamento de Produtos Agropecuários - CTAA/EMBRAPA;
- Comissão Especial de Recursos do PROAGRO - COMCRED;
- Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Irrigação do Vale do Açu (RN);
- Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO-IBGE;
- Comissão Interministerial de Estudos para Controle das Enchentes do Rio São Francisco;
- Grupo de Trabalho Interministerial para estudo de Regulamentação da Lei 6 751, de 10/12/79, que inclui programa de melhoria de condições de habitabilidade dos trabalhadores dos projetos de financiamento agropecuário;
- Grupo de trabalho interministerial sobre os corredores de exportação.

2. SETOR DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS - SIS

- Subcomissão de Orçamento do CNPq;
- Grupo Interministerial do Complexo Químico-metalúrgico do Rio Grande do Norte;
- Grupo Setorial IV - Indústrias de Minerais Não-metálicos do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI/MIC.

- Grupo Setorial I - Indústrias de Bens de Capital do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI/MIC.

3. SETOR DE MINERAÇÃO E ENERGIA - CPS

- GS II - Indústrias metalúrgicas Básicas - do CDI/MIC;
- GS III - Indústrias Químicas - do CDI/MIC;
- Grupo Interministerial do Quartzzo (Coordenado pelo STI/MIC);
- Grupo Executivo da Indústria de Mineração;
- Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Florestas Energéticas - CNE;
- Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de Programa Nacional de Óleos Vegetais - CNE;
- Apoio técnico ao GS VI da CNE na elaboração da proposta para o desenvolvimento da ciência a tecnologia para as fontes não convencionais de energia (energia solar, energia eólica e hidrogênio);
- Grupo técnico constituído na SEPLAN, para subsidiar a definição de recursos do Programa de Mobilização Energética e sua alocação setorial.